



O proprietário "bom" e o proprietário "ruim": o fim das relações de morada em memórias de assentados rurais

Thelma Maria Grisi Velôso¹

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker²

RESUMO: O artigo parte das transformações ocorridas nas relações de trabalho rural, no litoral nordestino, para esclarecer o significado das narrativas de camponeses assentados que nos confiaram memórias que evocam momentos importantes de suas trajetórias. Assim, analisamos as enfáticas e contraditórias memorizações sobre a "bondade" de um patrão, dualisticamente comparada com a "maldade" de outro, e através dessas manifestações pudemos encontrar os reflexos dessas transformações. Ou seja, memórias individuais como vivência e interpretação de um processo histórico complexo que afetou suas vidas, devido ao domínio do senhor de terras que ora apresenta sua "maldade" ora se distancia com estratégias paternalistas. As memórias colhidas nos levam também a tangenciar diferenças entre as memórias masculina e feminina e a rejeição da "racionalidade" da administração burocratizada.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias; Relações de Morada; História Oral.

THE "GOOD" LAND OWNER AND THE "WICKED" ONE: THE END OF THE HOUSE SETTLEMENT RELATIONS IN THE MEMORIES OF RURAL SETTLERS

ABSTRACT: The departure point is connected with the changes that occurred in the rural labor relations in the Northeastern coast in Brazil, and we aim at clarifying the narratives of those peasants settled in the area who trusted in us and revealed their memories, evoking important moments of their trajectories. This has enabled us to analyze the emphatic and contradictory memories concerning the "goodness" of a boss, and compare it to the "wickedness" of another. This comparison enabled us to identify the reflections of these transformations, that is, the individual memories seen as the living experience and the interpretation of a complex historical process which affected their lives because of the domination of the landowner who either revealed his "wickedness" clearly or distanced himself by resorting to paternalistic strategies. The memories collected all led us to compare the differences between masculine and feminine memories and the rejection of the "rationality" of the bureaucratized administration.

KEYWORDS: Memories; House Settlement Relations; Oral History.

¹Graduada em Psicologia e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Araraquara/São Paulo). Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: tgrisiveloso@gmail.com.

²Socióloga. Pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Oxford, Inglaterra. Professora emérita aposentada da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Araraquara/São Paulo). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA). E-mail: marisaandreatta@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo dialoga com as memórias de assentados rurais do litoral sul da Paraíba e investiga como essas memórias reconstróem e interpretam o fim das ‘relações de morada’. Para alcançar esse objetivo, faremos, inicialmente, uma breve retrospectiva histórica sobre o sistema de morada a partir de textos que se tornaram uma referência nessa discussão.

A presença camponesa no Brasil data da época da colonização (FORMAN, 1979). A pequena produção e a pequena propriedade nasceram atreladas ao setor canavieiro, não apenas entre um latifúndio e outro, mas também nos limites das propriedades, “nas ‘brechas’ do sistema canavieiro e a ele subordinadas” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 53, grifo dos autores).

A escravidão foi, durante três séculos, a relação de trabalho dominante. No entanto, embora os negros tenham constituído, na época da Colônia, parte significativa da população da Paraíba, se comparada com outras províncias, esse estado nunca teve uma grande porcentagem de escravos. Por outro lado, o Nordeste, apesar das várias tentativas feitas no Século XIX, nunca recebeu quantidade substancial de imigrantes europeus. Sendo assim, os senhores de engenho, mediante as crises do sistema açucareiro, como não podiam adquirir escravos, devido ao seu alto custo, recorreram muito cedo ao estabelecimento de **moradores** em suas terras para suprir a necessidade de mão de obra. Isso justifica as transformações, no país agrário, que ocorreram do sistema escravocrata para o de moradores, e deste para o de assalariamento atual.

Em suma, desenvolveu-se, no Brasil, um campesinato que se caracterizou, inicialmente, pela presença de moradores de condição, moradores foreiros, lavradores e posseiros. Até a abolição da escravatura, essas formas de trabalho conviveram com a escravidão. Com a abolição, o **sistema de morada** tornou-se a forma de trabalho dominante.

Palmeira (1976) adverte que, para os trabalhadores da cana, morar significava estar ligado, de um modo particular, a um engenho. Tornar-se morador significava estabelecer um **contrato** específico que o vinculava a um senhor de engenho particular. Nesse sentido, o trabalhador só se tornava morador quando se colocava **em relação com**. Apesar da mobilidade na vida do morador que, historicamente, deslocou-se de uma propriedade para outra, o mais importante era que, no local onde chegasse, ele se vinculasse, de maneira específica, ao proprietário. Quando se deslocava, procurava a casa de morada, isto é, uma casa que possibilitasse seu sustento e o da família, determinadas vantagens na propriedade e possibilidades de usufruir de um sítio. O referido autor assinala que, com a casa, o morador recebia trabalho (o denominado morador de condição) ou terra (o morador foreiro).

O morador de condição tinha o dever de trabalhar para a propriedade. A condição era, sobretudo, a obrigatoriedade de trabalhar. Além dos dois ou três dias de trabalho gratuitos (o **cambão**), o morador era obrigado a trabalhar em outros dias, que variavam de acordo com o calendário agrícola. Na época do corte da cana-de-açúcar, quando havia mais necessidade de mão de obra, chegava a dar cinco dias de trabalho. Quando havia remuneração, era em nível mais baixo do que a quantia paga aos trabalhadores de fora.

Já o morador foreiro tinha acesso a um sítio (onde desenvolvia uma agricultura de subsistência), pagava o foro anual (quantia paga em dinheiro) e, muitas vezes, trabalhava alguns dias gratuitamente – o cambão. Tinha uma situação almejada por todos, embora só pudesse dispor dos produtos de seu trabalho com uma concessão do senhor que, em caso de venda dos produtos, tinha prioridade de compra. Os moradores foreiros gozavam de mais autonomia, porém deveriam, ao mesmo tempo, demonstrar uma interiorização maior das regras de morada.

Tanto o morador de condição quanto o foreiro recebiam uma casa, que podia ou não estar construída, que incluía um terreiro (chão de terra ou fundo de casa). Nesse espaço, o morador de condição que não recebia sítio plantava os produtos considerados fundamentais para o consumo familiar (milho, mandioca, feijão). No espaço maior ou menor à volta da casa, podia haver árvores frutíferas ou os moradores podiam criar animais que servissem para o autoconsumo (galinhas, porcos, cabras etc.). Além disso, o senhor não concedia a terra, apenas permitia que o morador desenvolvesse certas culturas sob seu controle ou de prepostos. A criação de animais que não serviam para o autoconsumo só podia ser efetuada com autorização do proprietário. Era permitido que se aprovisionassem de água e lenha, porém a casa de farinha³ era usada em troca de 1/10 (um décimo) do produto. A casa, o sítio e o que os moradores produziam pertenciam **de direito** ao proprietário (GARCIA JR., 1988).

O sítio era um dos mais importantes **prêmios** dados pelo senhor de engenho ao morador. Era uma possibilidade dada pelo **contrato** de morada. Possibilitava o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência e o poder de plantar árvores frutíferas. Assim, o morador estabelecia um vínculo de permanência na propriedade. Esse também era um mecanismo central de diferenciação interna. A própria organização espacial do engenho denunciava essa diferenciação: na parte central, edificava-se a casa-grande e, em suas proximidades, ficavam as instalações do engenho, a capela, a escola, o barracão (armazém da propriedade, onde se abasteciam os moradores); um campo (onde se realizavam as festas ao ar

³ As casas de farinha tradicionais não eram eletrificadas e, para funcionar, dependiam, sobretudo, da força de trabalho humana. Elas eram constituídas basicamente de roda de ralar mandioca (o ralador), prensa, com a qual a mandioca era espremida para retirar o veneno, e forno em que se tostava a farinha (OLIVEIRA, 1998).

livre e os jogos), as casas do administrador e demais empregados e as casas dos moradores sem sítio e dos não moradores (como os trabalhadores de fora). Ao redor, o canavial e as casas dos moradores com sítio que eram dispersas pelas áreas da propriedade pouco propícias, em geral, para plantar cana (PALMEIRA, 1976).

Além da casa e do trabalho, as demais trocas necessárias à subsistência eram feitas dentro do engenho. A compra de produtos, por exemplo, era feita no barracão que se caracterizava, também, como uma forma de prender o morador que contraía dívidas. Havia casos em que o morador, bastante endividado, era ameaçado pelo proprietário. O morador tentava sair para outra propriedade, mas o proprietário não lhe dava permissão enquanto ele não saldasse a dívida. Então, o morador pedia um empréstimo equivalente em outra propriedade, porém ficava sem poder sair dela enquanto não pagasse o novo débito. Caso não conseguisse o empréstimo e saísse fugido, era comum o credor ter o apoio de uma autoridade para prender o foragido, para que trabalhasse até saldar a dívida. Havia casos em que o morador ficava trabalhando de dia e, à noite, ficava preso em um quarto sob a guarda de vigias (ANDRADE, 1986).

Cada relação concreta mostrava uma configuração de concessões e obrigações diferentes, que só se explica completamente pela história particular das trocas morador-senhor.

Situado numa posição que permite colocar os moradores em concorrência por seus favores, o senhor podia instituir vantagens materiais como contrapartida da fidelidade à sua pessoa sem mesmo ter necessidade de explicitá-las (GARCIA JR., 1988, p. 11).

A casa-grande concentrava todo o poder social. A organização do engenho denotava a hierarquia e garantia a dominação e a vigilância do senhor sobre os demais. O senhor **casava e batizava**, distribuía medicamentos, rezava novenas e moralizava. Detinha o poder de cura dos corpos e das almas. Em situações como nascimento, morte ou doenças, recorria-se ao senhor que, como protetor, legitimava-se através da generosidade. Nessa relação, o morador contraía uma dívida que não podia ser paga senão através da obediência. Ele também se submetia em troca de recompensas.

O senhor também decidia em quem o morador devia votar – o chamado **voto de cabresto** – e constituía o poder único dentro de sua propriedade, excluindo qualquer outra autoridade, até mesmo a Polícia. Para se fazer obedecer ou para punir, os senhores recorriam a castigos corporais que, às vezes, resultavam em mortes. Cabia às verdadeiras milícias privadas (constituídas de capangas ou cabras de confiança, isto é, indivíduos que, às vezes, cometiam crimes e ficavam sob a

proteção do senhor, contraindo uma dívida moral) garantir o poder no interior da propriedade e em disputas fora dela.

O que retém os moradores nos limites do engenho não é só a expectativa de um grito a lembrar que o senhor precisa deles, é toda esta vasta organização da vida social, envolvendo trabalho, residência, trocas materiais, práticas religiosas, festas que se desenvolvem dentro dos seus limites e constituem uma espécie de força centrípeta que os atrai “naturalmente” para dentro do espaço dominado pelo poder do senhor, e limita os horizontes mentais (“numa geografia mínima”), desviando-os do mundo social mais abrangente (GARCIA JR., 1988, p. 13, grifos do autor).

Essa relação de dependência exigia do morador obrigações com o dono da propriedade, que, ao mesmo tempo, fortalecia seu poder social se possuísse um número maior de moradores – também era fortalecida sua força simbólica pelo número dos que o reconheciam como senhor. Os moradores eram obrigados a ficar o tempo todo à inteira disposição do senhor, para executar suas ordens a qualquer hora do dia ou da noite (GARCIA JR., 1988).

Nesse processo, o morador interiorizava que os interesses do senhor eram iguais aos seus, e o trabalho que fazia significava um **dom** recebido. A própria utilização do tempo e do corpo do morador obedecia à vontade tácita ou explícita do senhor e encobria-se a dominação pela ‘ideologia da reciprocidade’.

Aos dons concedidos pelo senhor de engenho o morador deve fazer juízo e, voluntariamente, retribuir. Entre os dons oferecidos pelos proprietários destacam-se: a casa, o trabalho e o acesso à terra para roçado (plantação de mandioca e outras culturas alimentares) direito de criar pequenos animais, acesso à água e o mel do engenho, acesso ao barracão. Juntam-se a proteção e o auxílio financeiro em momentos de precisão, na doença, no parto, e na morte. A contrapartida a tais concessões pode ser resumida através de uma palavra utilizada pelos próprios moradores: a *sujeição* (NOVAES, 1997, p. 14, grifo da autora).

Não há nenhum fundamento jurídico na denominação **sujeição**, pois todos são livres perante a lei, e esse termo não é reconhecido nem sancionado pelo Estado, tampouco utilizado em classificações estatísticas oficiais. O termo **sujeito** era utilizado pelos sertanejos para designar os escravos, e o termo **liberto** designava o escravo que tinha passado para a condição de livre (GARCIA JR., 1988). Designar os moradores de **sujeitos** é o resultado de um processo de elaboração das

representações que se dá pelo reconhecimento da semelhança entre as condições materiais nas relações de morada e as condições de escravidão. Embora os moradores não fossem escravos, estavam inseridos em relações de trabalho com características de escravidão, inclusive por sua contemporaneidade (VELÔSO, 1990).

A diferenciação interna era um elemento importante não só no que dizia respeito à segmentação da força de trabalho, como também ao fato de dificultar a formação de uma identidade política por parte dos trabalhadores. Dentre os elementos ideológicos e culturais, socialmente produzidos e reproduzidos, que legitimavam as regras de morada, destacavam-se os de caráter religioso. A religião católica, historicamente, serviu para legitimar a dominação, apesar de também expressar aspectos contraditórios e de resistência. Quanto às relações de morada, ela serviu para reforçar as relações pessoais com o senhor. Os sentimentos de lealdade e de reconhecimento se fundamentavam também “no partilhar das mesmas crenças e concepções religiosas que, aos poucos, foram se tornando um denominador comum entre brancos, índios e negros” (NOVAES, 1997, p. 12).

Scott (1981), em seus estudos sobre o campesinato em nível internacional, refere-se à existência de um princípio moral de reciprocidade na relação entre proprietários e camponeses. O autor parte da seguinte formulação: um presente ou um serviço cria em quem o recebe a obrigação de restituí-lo, no futuro, por um presente ou serviço de valor semelhante. A obrigação da reciprocidade é o princípio moral por excelência, o qual se aplica tanto às relações entre iguais quanto entre desiguais. Em geral, pela própria natureza da relação, é provável que os serviços trocados entre patrão e cliente não sejam idênticos, porém se estabelece uma obrigação recíproca, na qual os dois polos da relação têm direitos e deveres. Assim, considerando a relação entre o proprietário e o morador, o primeiro tem direitos, mas também o dever de proteger o camponês e de assegurar que suas necessidades materiais sejam atendidas. O segundo, por sua vez, tem esses direitos, mas também o dever de fornecer seu trabalho e sua lealdade.

Não estamos negando que, nas relações de morada, a lógica da reciprocidade encobria a dominação, tampouco que, para muitos autores, não existe reciprocidade entre desiguais, mas lealdades que são introjetadas no processo de dominação. No entanto, no que diz respeito às relações de morada, não podemos desconsiderar que, entre proprietário e morador, havia uma relação de obrigação recíproca e o que a mantinha era o cumprimento dessas obrigações por ambas as partes. O cumprimento das obrigações (instituídas pelas regras de morada) tanto por parte dos moradores quanto do proprietário garantia a legitimidade dessa relação,

pois, caso contrário, havia uma ruptura, isto é, a relação perdia sua legitimidade. Portanto, havia um tipo de contrato moral.

Dando prosseguimento a nossa retrospectiva histórica, os moradores passaram a ser a mão de obra utilizada pelas fazendas do litoral paraibano que cultivavam coco e criavam gado, como a Fazenda Camucim (município de Pitimbu/PB), atualmente assentamento rural, onde realizamos a pesquisa.

Segundo pesquisadores do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) (1992), a existência da Fazenda Camucim situa-se no início do Século XIX, quando a atividade principal era a cultura do coco, que era comercializado quase que integralmente. Os pequenos produtores que lá residiam eram moradores de condição, por isso tinham direito à lenha que encontravam na mata, à água das fontes, dos rios e dos riachos e a um pedaço de terra para morar, cultivar e criar. Em troca, davam de um a três dias de trabalho gratuito ao proprietário (a tucuca – denominação dada pelos pequenos produtores ao trabalho não pago, que consistia no plantio e no trato dos coqueirais).

Os roçados distribuía-se pela propriedade. Plantavam-se, sobretudo, inhame, batata-doce, feijão, milho, fava, mandioca e árvores frutíferas. Também se produzia farinha de mandioca na Casa de Farinha do proprietário (para cada cuia, que equivale a dez litros de farinha, um litro pertencia ao proprietário da fazenda). Criavam-se alguns animais (como aves, cabras e umas poucas reses); produzia-se carvão com a madeira retirada da mata e pescava-se (peixes, caranguejos e camarões) na baía do rio Abiaí. A produção (incluindo a farinha, a criação, o carvão e os pescados) tanto se destinava para o consumo como para comercialização. Essa última era realizada por meio dos chamados atravessadores e nas feiras livres da região (MOREIRA, 1997).

Com o aprofundamento das relações capitalistas no campo, a indústria da cana-de-açúcar vai, gradativamente, avançando por toda a microrregião do litoral sul paraibano, modificando a paisagem e as relações de trabalho existentes. Desse modo, a microrregião onde se localiza o Assentamento Camucim passou do período colonial – com a marcante presença e resistência indígena – para o avanço da indústria canavieira e os movimentos de resistência camponesa – que se materializaram nas Ligas Camponesas e nos conflitos de terra – até a constituição dos assentamentos rurais.

Esperamos que, além de ter trazido elementos para contextualizar o espaço social e histórico em que nossos narradores estavam inseridos – e de termos elementos para pensar na dimensão econômico-social e política – possamos também ter trazido elementos para pensar e repensar em seus relatos, isto é, a dimensão discursiva. Nesse sentido, deter-nos-emos, a seguir, nas memórias

construídas por nossos narradores a partir das entrevistas de história de vida realizadas.

AS MEMÓRIAS

Nossos narradores vivenciaram a quebra das relações de morada na Fazenda Camucim, hoje assentamento rural. Essa ruptura se deu no final dos anos 1970 e gerou um conflito de terra. A partir de pesquisas feitas no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba – Fundo: Conselho Pastoral. Grupo: Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH (João Pessoa-PB), mais especificamente, no dossiê ‘Tensão Social no Campo’ – o conflito de terra em Camucim iniciou-se com a venda da fazenda, depois da morte do proprietário, para a Empresa Agroindustrial Tabu⁴, cujas terras se limitam com Camucim. Para que a empresa Tabu pudesse expandir a área de cultivo de cana-de-açúcar, era necessário retirar os moradores. O conflito foi alimentado pela forte pressão da Destilaria, por meio de ameaças, prisões, espancamentos, sequestros e outras arbitrariedades. Em contrapartida, esses moradores resistiram, apesar de algumas famílias terem “desistido” de lutar, seja abandonando a área, seja aceitando as indenizações, seja concordando em se transferir para outra área. Ressalte-se, também, que tiveram, durante o conflito, não só o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Pitimbu, mas também a assessoria da Igreja e de professores universitários. Cerca de quarenta e duas famílias continuaram lutando pela desapropriação da Fazenda Camucim que, em 1986, foi comprada pelo Estado, e não, desapropriada, e se transformou em um assentamento rural administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Antes de analisar as memórias sobre as relações de morada, é importante destacar que, orientadas pela metodologia qualitativa da história oral, essas memórias foram colhidas por meio de entrevistas de histórias de vida – que foram submetidas a uma proposta de Análise de Discurso (CARMO, 1997a, 1997b, 1999) – em uma pesquisa mais ampla cujo objetivo principal foi de analisar as lembranças dos pequenos produtores rurais de Camucim sobre suas experiências de luta e resistência durante as Ligas Camponesas e durante o conflito de terra com a Tabu.

Trabalhar com fontes orais significa considerar que elas não são apenas um “testemunho” dos fatos, um “depósito de dados”, mas que também elaboram e reconstróem esses fatos e lhes atribuem sentidos através do “trabalho da memória” e do “filtro da linguagem” (PORTELLI, 2000, 2017). Nessa perspectiva, a memória é concebida como um processo individual e coletivo de recriação dos fatos, que se

⁴ A empresa pertence ao Grupo Empresarial Lundgren S. A., que tem empresas em vários setores: no agropecuário, no de tecidos, de comércio, de hotelaria e de finanças. O grupo é um dos mais tradicionais da economia brasileira.

coloca entre eventos, imaginações e relatos; entre história e subjetividade; entre narradores e sujeitos da narração, misturando continuamente seus respectivos papéis (PORTELLI, 1985). Interessa-nos como o acontecido é lembrado e narrado no momento da entrevista.

Como assinala Portelli (1987, p. 7), não buscamos, através das fontes orais, a verdade, a realidade, o vivido, a materialidade da experiência ou a dimensão imediata do testemunho, mas as mediações, as impressões, as mistificações, as representações, as interpretações, os erros – as memórias. Considerar a subjetividade significa dar ênfase ao estudo das formas e dos processos culturais por meio dos quais os indivíduos exprimem o sentido de si mesmos na história (PORTELLI, 1990).

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envolvidos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como *história* com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações (PORTELLI, 1998, p. 111, grifos do autor).

Assim, a memória daqueles que protagonizaram a dominação e foram vítimas dela ajuda a dar nuances à interpretação do processo histórico que perde o caráter rígido das interpretações unilineares. Cumpre lembrar que a memória assim entendida, a partir dessa orientação metodológica, é reconstruída com base nas subjetividades em processo, um fenômeno que ocorre com qualquer grupo social. Só o confronto entre os relatos dos diferentes atores sociais que observamos historicamente pode dar conta de uma compreensão dialética da história em movimento.

No que concerne às memórias dos nossos entrevistados, elas ressaltam uma separação entre o bem e o mal e se destacam devido a essa polarização. O fim das relações de moradia em Camucim é metaforizado por meio de um dualismo que contrasta a existência de um proprietário ‘bom’, aliado, com um proprietário “ruim”, antagonista.

No relato abaixo, a narradora refere-se aos dois proprietários que ela conheceu antes de a Fazenda Camucim ser vendida para a Destilaria Tabu – o Frederico

Cesário e o Francisco (Chico) Leocádio. A bondade do primeiro e a maldade do segundo são reiteradas várias vezes.

D^a. Ju: Que quando era naquela segunda-feira estava... tinha que nós se reunir novamente prá ir tirar aquela conta de terra. Todos nós, todos morador. [...]Esse homem era tão bom (enfática), que eu não sei porque a pessoa no mundo é tão bom (enfática) e morre de esmola. Morreu de esmola esse homem. Disse que estava ele, contaram a gente, numa calçada (enfática), numa calçada. Acharam ele numa calçada, morto, numa calçada. Eu não sei como aconteceu uma coisa dessa, com uma criatura tão boa... (enfática) [...]Bom se a alma dele prá Jesus Cristo, que era bom demais! Criou eu, criou meus quatro irmão, quem criou foi ele, órfão de pai e mãe, ele criou foi todos quatro. (...)

Entrevistadora: Aí quando a senhora foi trabalhar na casa dos outros ele ainda era dono ou já era o outro?

D^a. Ju: [...]Era Seu Leocádio, ruim! (enfática) Tão ruim, viu? Só gostava de moça nova (enfática) é, devorou muitas. [...]Se empregava na casa dele, que ele não tinha mulher. Queria as mocinha prá ele. (enfática) [...]Ele era muito ruim, ninguém gostava dele não. Dentro da propriedade dele em Jacaraú, ninguém comia nem uma frutinha assim, não dava nada, apodrecia no chão [...]ele comia os comer de quatro, cinco dia, um comer sem jeito. Aquilo era tão ruim, os comer gelado, comer ruim [...]num perdia nada. (enfática) [...]Tinha um morador que ele enraivou-se e meteu-lhe bala, não... não morreu porque ele saltou uma cerca e foi “simbora”. [...]Era ruim, era ruim, era ruim, o Francisco Leocádio era ruim (enfática) [...]era muito ruim prá gente.

O primeiro proprietário – Frederico Cesário – segundo D^a. Ju era extremamente bom. Essa bondade se deve ao fato de o proprietário tê-los criado – a narradora e os irmãos. Noutro trecho de seu relato, D^a. Ju explicita que seu pai saiu de casa, e eles (filhos) ficaram com a mãe e a avó. A mãe, no entanto, era muito doente, e a avó era quem cuidava deles e da casa. O proprietário Frederico os ajudava, assistindo-os com bens materiais. D^a. Ju relembra, por exemplo, que tanto quando morreu sua mãe, como quando morreu a sua avó, o Frederico providenciou o enterro. Protegia, então, na vida e na morte, respeitando as regras de morada. Em outro momento de seu relato, diz que a avó ainda era viva quando a propriedade já pertencia ao outro proprietário – o Leocádio. Esse desencontro de informações gerado pelo ‘trabalho da memória’ pode garantir que a intenção do discurso era de ressaltar a generosidade do proprietário Frederico que cuidava na vida e na morte, que se interessava que os pequenos produtores trabalhassem em suas lavouras.

Em outro trecho de sua entrevista, D^a. Ju justifica o fato de Frederico receber o dia de trabalho gratuito – a ‘ticuca’ – do seguinte modo: “ele tinha que fazer assim mesmo”, caso contrário, “perdia” os coqueiros. Dessa forma, legitima a exigência do proprietário e minimiza, inclusive, qualquer tipo de questionamento, afirmando que ele não queria nada, somente aquele “diazinho”. A utilização do diminutivo reforça que o proprietário Frederico não queria nada, ou melhor, queria muito pouco; que não era exigente, tinha paciência. Todas essas características ressaltam sua imensa bondade e sugerem seus deveres inerentes às regras de morada.

As memórias conduzem para a ideia de que o proprietário aliado é o que respeita as regras, e o antagonista, o que não respeita. Outro aspecto que chama a atenção no discurso de D^a. Ju é o fato de o aliado morrer pobre. A própria morte das regras tradicionais? Ou a ideia de que a bondade está próxima de Deus assim como a pobreza? Considerando que a narradora, como é comum na maioria dos relatos, ressalta a sua fé em Deus e em seus desígnios, podemos supor que o pobre sofre – e “tem que sofrer” – pois, só assim, alcançará o reino dos céus.

No que se refere à bondade e à maldade dos respectivos proprietários, vale ressaltar que o discurso é construído da seguinte forma: de um lado, o proprietário bom; do outro, o ruim que o sucede. A maldade deste último é muito exaltada na referência à predileção por moças jovens e pela avareza, várias vezes reiteradas no relato de D^a. Ju. A narradora explicita que o Leocádio – o proprietário ruim – “devorou” muitas moças. Quem devora come com avidez, destrói (Bueno, 1989). O modo como se alimentava é ressaltado de forma crítica: apesar de só “devorar” menina nova, só comia comida velha, “de quatro, cinco, dias,” comida gelada. Para D^a. Ju, a forma como Leocádio satisfazia suas necessidades básicas era, em todos os sentidos, animalesca. Ela acrescenta que ele era avarento, não perdia nada, não dividia nada – observemos que, nesse sentido, refere-se à outra propriedade chamada Jacaraú, onde ele não permitia que os moradores colhessem os frutos, o que sugere que ele não era ruim só com os moradores de Camucim. Além do mais, o Leocádio castigava os moradores que o aborreciam, chegando quase a matar um. A irmã da narradora, que também foi entrevistada, constrói um relato que se assemelha ao de D^a. Ju, dizendo, inclusive, que Leocádio tinha a “cara de um bicho”. Todas essas características compõem seu perfil de pessoa ruim, muito ruim, que se aproxima da figura da besta-fera.

Novaes (1997) afirma que o bom patrão era aquele que, considerando a lealdade ilimitada dos moradores, usava muito pouco a violência. Se as relações de morada eram regidas por direitos e obrigações recíprocas, o proprietário é que deveria proteger seus moradores e lhes assegurar condições para satisfazer suas necessidades básicas em troca de seu trabalho e de sua lealdade.

O mais impressionante, no relato de D^a. Ju, é a necessidade de comparar os dois “protagonistas” de sua memória. Para expressar, com intensidade, sua gratidão ao bom patrão que ajudou a sua família, ela precisa compará-lo com o patrão malvado que o sucedeu. Ou seja, o pensamento que informa a memória necessita de parâmetros para avaliar um passado tão injusto como o tempo da “morada”: tudo era tão difícil, tão custoso, que só o fato de ser “um pouco melhor” já é suficiente.

Melhor do quê? O que “pensa o pensamento”? Ora, toma-se o malvado como parâmetro e, então, a bondade aparece no outro polo da narrativa, e a exploração via “ticuca” é apenas um detalhe do qual Frederico não podia escapar. Então, o “oprimido hospeda o opressor”, conforme Paulo Freire equaciona na obra antológica ‘A pedagogia do oprimido’ (1980).

É importante enfatizar, ainda, que, no relato de D^a. Ju, a versão de que o Leocádio morre e os herdeiros (entre eles, Marcelo) vendem a propriedade à Tabu não se evidencia. Para ela, Leocádio vendeu a fazenda ao Marcelo, pressionado pelos camponeses de Camucim. Apesar de o proprietário ser tão ruim, ele teve medo deles – do povo de Camucim, “povo muito forte, muito lutador”. Segundo D^a. Ju, ele “inventou” que vendeu a Tabu.

Ao apresentar uma versão sobre esse momento da história de Camucim, criando uma imagem extremamente negativa do proprietário, instiga-nos a pensar que essa versão resulta do fato de os moradores estarem sendo, pouco a pouco, expropriados e que houve uma ruptura definitiva nas relações de moradia no momento em que a propriedade foi vendida, e a Destilaria resolveu expulsá-los. Em outros relatos, explicita-se que foi na época do Leocádio que eclodiram as Ligas, expressão também da própria ruptura das regras tradicionais e do avanço do aprofundamento das relações capitalistas no campo. D^a. Ju nega a morte do Leocádio e, com essa negação, ele tornou-se mais responsável ainda pela “ruptura”, o que reforça a ideia de sua maldade.

Aqui temos, talvez, o aspecto mais fascinante das reconstruções de fatos a partir da memória individual. Parece que duas ou mais pessoas não contam versões idênticas de um fato, ainda que tenha acontecido no dia anterior. Isso se deve às diferenças entre as subjetividades envolvidas, cujas emoções alteram os detalhes e as representações. No caso da venda de uma terra que era a fonte de vida para o grupo, é fácil imaginar as emoções descontraídas que informaram os registros da memória. Nossa enfática participante só podia atribuir ao malvado Leocádio os sofrimentos pelos quais passaram na ocasião.

No relato do irmão de D^a. Ju – Sr. Z. B. – a bondade do proprietário Frederico também é ressaltada. Vale destacar que, quando o Sr. Z. B. foi entrevistado,

informou-nos que saíra de Camucim nos anos 1960, depois do Golpe Militar. Nessa época, o proprietário já era o Leocádio, mas a propriedade ainda não tinha sido vendida à Tabu. Cabe registrar que ele foi entrevistado no assentamento vizinho, Árvore Alta, onde residia⁵. Quando perguntado se, na época do proprietário Frederico, pagava cambão, Sr. Z. B. respondeu:

Sr. Z. B.: Não, o dono não queria, ele queria... ele fazia assim, que ele era pai da gente mesmo de todo morador (enfático). Ele fazia assim: olhe, o sítio dele era debaixo do mato, que quando ele... quando o mato crescia, ele dizia: “‘Eita’, minha gente, ‘umbora’, hoje dá um cambãozinho prá me ajudar.” A gente se juntava aquele povo e ia, trabalhar um dia, às vez, dois, deixava prá lá. Era... era o que ele queria. Prá tratar dos coqueiros dele somente (enfático) [...] Quando foi com o tempo, ele inventou de botar um... um empregado e coisa e tal e lá vai, aí o empregado fez a sujeição, n/é? De toda semana um dia, n/é? [...] quando foi com uns tempo ele falou em vender, e vendeu e a gente ficamos lá. Entrou o outro proprietário. [...] a gente cismamos, ficar parado, se amarramos, era muito bruto, era muito ignorante [...] o tal de Chico Leocádio. Ele tratava o povo por mal. [...] ele também não morava aí, morava... morava no... morava no Recife. [...] daqui com uns tempo ele botou administrador. E ninguém aceitava nada com o administrador [...] E ficou prá lá e daqui a pouco ele tirou o corpo. Quando foi com o tempo souberam que ele morreu, n/é? [...] quando pensou que não, ele tinha vendido ao Tabu.

Nas lembranças do Sr. Z. B., observamos que a relação com o Frederico também nos remete às regras de morada tradicionais: uma relação pessoal, em que os moradores o “ajudavam”. Nessa relação, o proprietário não queria o cambão, o que implica que ele podia fazer essa exigência, mas não a fazia porque era o **pai** de todos. Em outro trecho da sua entrevista, o narrador enaltece, mais uma vez, a bondade do proprietário Frederico, acrescentando que tudo o que tinha na fazenda era para os moradores e que ele não permitia sequer que alguém de fora pegasse os caranguejos. Além de em Camucim não existir “condição”, pois trabalhavam de “boa vontade”, Frederico protegia seus moradores. Quando eles iam para a sede do município e se embriagavam, ele ia lá e os defendia da Polícia, pois tinha patente: “Aquilo era uma satisfação prá gente. [...] quando chegava, passava uns ‘carão’: ‘Num dê trabalho mais não!’ Pronto, aí o povo se ‘aquetava.’”

⁵ Embora Sr. Z.B. tenha saído de Camucim nos anos 1960, depois das Ligas Camponesas, e, portanto, não residisse mais lá na época do conflito com a Tabu, achamos importante incluir sua entrevista, já que nasceu e viveu muitos anos de sua vida na Fazenda Camucim, é irmão de duas das pequenas produtoras que foram entrevistadas em Camucim e foi sócio da Liga Camponesa de Alhandra (PB). Participou desse movimento quando ainda residia em Camucim, o que foi reiterado diversas vezes nas entrevistas de suas irmãs e em conversas informais.

Nesse tipo de relato, surge clara a questão do paternalismo. O Sr. Z.B. é explícito: o patrão era o pai, e sua bondade, aliada às suas “intervenções” quando a vida deles se complicava, aquietava-os. Aqui devemos recordar Weber e sua antológica análise das formas de dominação. Em um período de transição socioeconômica (aprofundamento das relações capitalistas no campo), os dominados se apegam à proteção do bondoso e poderoso senhor. Embora rejeitem a dominação rígida do patriarcado tradicional, valorizam a bondade do “pater família” e desconfiam da racionalidade que se anuncia com o administrador. Assim, a tradição se mantém e resiste.

O discurso do Sr. Z.B. sugere, ainda, uma interessante diferença entre a memória masculina e a memória feminina, o que já foi observado por Whitaker e Fiamengue (1995) em assentamentos de Reforma Agrária, no estado de São Paulo, e reportado em estudo sobre história e memória da cidade de Araraquara (Whitaker, 2004). No caso aqui em questão, temos dois narradores: uma mulher (D^a. Ju) e um homem (Sr. Z.B.) avaliando os mesmos acontecimentos, ou seja, comparando os dois padrões. Ambos fazem o mesmo tipo de comparação, ou seja, o “mal” e o “bem” corporificados nos referidos personagens. No entanto, D^a. Ju enfatiza (e observem que é mais enfática do que o Sr. Z.B.) – enfatiza, repetimos – aspectos da vida “doméstica” dos padrões, enquanto o Sr. Z.B. se refere diretamente a questões relativas ao trabalho.

Outro aspecto no discurso do Sr. Z. B. é que ele relembra que o Frederico queria que tratassem **somente** dos coqueiros, o que sugere que não queria muita coisa. Quem fez a “sujeição” foi o empregado. Como afirma Novaes (1997, p. 21), a relação mediada pelos empregados refletiu as transformações nas regras de morada tradicionais e fortaleceu a coerção, enfraquecendo a legitimidade da relação. Romperam-se, assim, as bases personalizadas “de um contrato particular do patrão com cada morador”.

No entanto, a rejeição à figura do empregado parece mais forte quando o Sr. Z. B. se refere ao Chico Leocádio, que ele também considera como um proprietário ruim. O relato sugere que é nesse momento em que a ruptura se concretiza, inclusive, com as lembranças de que os moradores pararam e se “amarraram”. Portanto, resistiram, não mantiveram a “reciprocidade” inerente às regras tradicionais, uma vez que elas parecem também ter sido rompidas pelo proprietário.

Cabe registrar que as formas tradicionais de trabalho começaram a ser modificadas depois do final da Segunda Guerra Mundial – com a valorização do açúcar no mercado internacional, estimulando os proprietários a aumentarem a área de cultivo e de produção (AZEVEDO, 1982). Assim, as terras que eram cedidas aos moradores, aos foreiros e aos lavradores foram ocupadas pela cana-

de-açúcar, e os engenhos e as usinas passaram a expulsar os moradores ou a expropriá-los. Em alguns casos, permitiam que plantassem, mas os sítios eram de tamanho reduzido e situados em terras cansadas. Além disso, passaram a exigir deles de cinco a seis dias de serviço por semana, o que os impedia de trabalhar em suas lavouras. Noutros casos, negavam o direito ao sítio, onde os moradores desenvolviam a cultura de subsistência. Por outro lado, a categoria dos lavradores foi extinta, e eles se tornaram assalariados da cana. É nesse contexto de mudanças estruturais no setor canavieiro que eclodiram as Ligas Camponesas. Referindo-se a esse processo no estado da Paraíba, Moreira e Targino (1997, p. 63) afirmam:

É importante destacar que este processo se deu de modo muito lento. Tanto é que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, várias décadas após a instalação das primeiras usinas, o sistema de morada ainda vigorava com grande força na Zona da Mata, preservando sua característica secular de exploração: o cambão.

Esse processo de aprofundamento das relações capitalistas no campo também repercutiu nas fazendas que recorriam às relações de morada, como a Fazenda Camucim. Observemos mais um trecho do relato do Sr. Z. B.:

Sr. Z. B.: A gente fazia tudo de boa vontade (enfático), era todo mundo de boa vontade, que o homem era muito bom! Seu Frederico daquele... daquele não... não... não aparecia mais não. Esses outro é tudo cheio de direito, coisa e tal e lá vai, joga uma piléria, coisa e tal. Não... não foi... na minha época, não foi época de pegar gente e matar, e judiar, furar, dar cipoada [bater]. Mas era tudo cheio de direito, vai dar o condição (enfático), coisa e tal e lá vai! E a gente ia, um bocado ia mordido [com raiva], n/é? Porque ninguém gostava, de graça! Porque o tempo de cativo acabou-se há muitos anos. Então a gente não ia bem satisfeito não, ia não. Agora, Seu Frederico, o dono, ele era pai de todo mundo, dos morador tudo. Todo mundo gostava dele, em peso, em peso, em peso! (enfático) [...] Seu Frederico era um proprietário bom! O Chico Leocádio não prestava! Não! O Chico Leocádio só chamava tudo de ladrão [...] eu saí mais também, olhando também essa situação, viu? Não me dou bem da pessoa está me maltratando sem eu merecer não. Eu não achava bom esse modo... modo... modo de vida não, aí vim “mimbora” prá aqui prá Árvore Alta.

Como já referido, o Sr. Z.B. nos informou que saiu de Camucim nos anos 1960, depois do Golpe Militar. Na sequência discursiva acima, o narrador relembra, mais uma vez, a bondade de Frederico – porque os tratava como filhos, e não,

como escravos – e o compara com outros proprietários que exigiam a “condição”, explicitando a insatisfação que sentiam. Relaciona a exigência da “condição” à escravidão, o que também aparece em outros relatos. Em seguida, relembra a “maldade” do Leocádio e condiciona sua saída de Camucim ao “novo modo de vida” instituído por ele – observemos as hesitações ao se referir ao modo de viver, sugerindo que aquela não era vida. Em outro trecho de seu relato, relembra que foi o Leocádio que começou o “desmantelo”:

Sr. Z. B.: O Francisco Leocádio não... não considerava ninguém, não sabia receber os morador. Quando chegava lá, dava uma ordem, [...]ia embora prá o Recife. Vinha de quinze em quinze dia, de mês em mês. O administrador aqui casava, batizava, fazia o que queria. [...]Porque quando o proprietário compra um... um local e ele fica aqui dentro, o povo ainda obedece, mas esse negócio desse administrador, n/é todo mundo que... que quer chegar no pé dele. Basta ser que a gente era um morador afundado [...] fundado, nascido e criado ali dentro. Num era toda hora que a gente queria obedecer não. [...]Porque a gente... muitos anos, nascido e criado (ênfático) ali, e o negócio bem pensado pe... passa quase prá ser dono. [...]o Chico Leocádio comprava, entregava isso aí assim, a gente ficava tudo assim, mal satisfeito. Isso aí se conversou e o Chico Leocádio viu... via a má vontade da gente, queria que roçasse o mato [...]E sem pagar, satisfação nenhuma dava a gente, a gente também não ligava importância a ele não. Aí ele foi se... se enchendo de raiva, e “pô” vendeu a Tabu.

O relato sugere, mais uma vez, uma referência à quebra das regras tradicionais, expressa na insatisfação com a figura do administrador intermediando a relação e a indignação pelo fato de ele ocupar o lugar do proprietário – “casava e batizava” – que, como já sublinhamos, era o papel do proprietário, como autoridade privada e única. “Certamente a expressão ‘casava e batizava’, ‘como era costume dizer’, aparece como figura de retórica que, através do exagero, revela o poder sem limite do senhor de engenho que chega às fronteiras entre o poder temporal e o poder religioso” (NOVAES, 1997, p. 17, grifos da autora).

Observemos que o fato de serem nascidos e criados lhes dava o direito de não quererem obedecer sempre e de serem ‘quase donos’. As regras da reciprocidade não se mantinham nem por Leocádio – “não dava satisfação” – nem pelos moradores – “não ligava importância a ele não”. Essa quebra fez com que ele vendesse a propriedade para a Tabu. O trabalho da memória relaciona a venda da propriedade à raiva que o proprietário sentia dos moradores, já que eles recusavam as novas regras. As lembranças do Sr. Z. B. não fazem referência à morte do proprietário

e aos novos interesses dos herdeiros, como consta nas fontes documentais. As memórias sugerem uma lógica vinculada às relações pessoais, paternalistas, uma característica do sistema tradicional anterior à suposta racionalidade do capitalismo.

Não estamos desconsiderando que existiam proprietários mais acessíveis do que outros. No entanto, a menção a “esse proprietário bom” pode ser interpretada como o protótipo de proprietário idealizado pela memória que a indignação com a ruptura das relações tradicionais recria. A exaltação da bondade de Frederico remete à existência de um tempo idealizado pela memória, o tempo da “fatura” de Camucim, quando se trabalhava em todo canto, não havia limite e havia até três olarias na fazenda, como relembra o Sr. Z. B. em outro trecho de seu relato. A idealização produzida pela memória contribui para uma nostalgia presente nos relatos que as pessoas constroem sobre os fatos. No processo de rememoração, elas exaltam o passado e o contrapõem ao presente, como pontuam estudos como o de Gagnebin (2020).

A ênfase que a maioria dos entrevistados dá à figura do proprietário Leocádio como antagonista nos faz pensar que um relato construído para falar sobre as Ligas e o conflito com a Tabu (objetivos principais de nossa pesquisa mais ampla) não pode fugir da constatação do confronto com os proprietários. O proprietário, em geral, torna-se um inimigo a partir do momento em que se quebram as regras tradicionais. O “tempo ruim” se inicia depois da saída do proprietário Frederico. Daí associar o “tempo bom” ao proprietário bom.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Evocar as relações de morada sob diferentes olhares da memória daqueles que as vivenciaram nos ajuda a compreender bem mais a dominação quando tem como base a apropriação da terra. A posse de um espaço transformado em território pessoal tem sido utilizada com diferentes estratégias para explorar, controlar e estabelecer hierarquias. Algumas dessas estratégias estão expressas com clareza nas memorizações aqui analisadas. Mas o mais importante é que elas (as memorizações) também nos falam de resistência.

A memória individual, apesar de tantas contradições que sugerem idealizações, desvela as nuances de um processo que, por ser histórico, não se apreende somente nos documentos e em suas unilateralidades. Opondo-se a essa unilateralidade, aparecem, nessas memorizações, alguns aspectos a serem ressaltados, entre eles, o mais expressivo é o dualismo, por criar idealizações inesperadas e justificadoras.

Como enfrentar a questão do dualismo sem desprezar os participantes que ajudam a construir nossos dados?

Diríamos, em primeiro lugar, que o dualismo é uma característica “forte” do pensamento ocidental.⁶ Ele deriva da nossa necessidade de comparação culturalmente construída. Tendemos a avaliar fatos, objetos ou pessoas, sempre fazendo comparações. Conforme já observamos, o pensamento precisa de “parâmetros para julgar” – especialmente quando se trata de avaliar trajetórias humanas.

Então, para ser algo considerado “bom”, o pensamento busca algo “pior”, que ajude a ressaltar aspectos positivos do que avaliamos como melhor. Assim, recordar é, muitas vezes, comparar o “ontem” com o “hoje”, os modos de viver de outrora com os de agora, a juventude de hoje com a do passado etc., etc. Ao estabelecer diferenças, a memória ‘re-cria’ o passado de forma idealizada, como acontece com o proprietário “bom”, que, em comparação com o “malvado”, teve obscurecidas suas práticas autoritárias, exercidas com base no paternalismo de suas atitudes “diplomáticas” – e nem por isso menos estratégicas, muito pelo contrário.

Ao organizar, de forma “dualística”, os registros da memória, o narrador, ao mesmo tempo em que esconde tudo o que não cabe em seu modelo, revela as nuances dessas estratégias. Ou seja, em fenômeno valorizado pelas Teorias da Complexidade, “esconde e mostra”, ao mesmo tempo, o processo que queremos estudar.

Outro aspecto importante desses relatos a ser ressaltado é a tímida resistência que deles se deriva. Isso não significa, no entanto, que não houve resistência. Afinal, são memórias de resistência – um caso de vitória camponesa contra o poder de uma usina e alguns relatos remontam às Ligas Camponesas. Por que a ênfase no discurso da opressão? Segundo Paulo Freire (1980), o oprimido hospeda o opressor devido à força naturalizadora das ideologias. Para o bem ou para o mal, os dois personagens estarão, para sempre, gravados em suas memórias que restam dramaticamente marcadas pelas experiências ligadas ao sofrimento e à gratidão, quando focam o alívio trazido pelo paternalismo do bom patrão. É então que o “recordar”, ou seja, o trabalho da memória – atividade tão cara principalmente para os idosos – organiza os fatos de forma seletiva em dois lados aparentemente opostos.

Dessa tentativa de oposição, derivam, naturalmente, as contradições entre os diferentes relatos e até ao longo de alguns deles. Isso não significa, obviamente, falsidade ou “mentira na memorização”. O que se passa é que, como a realidade é tão complexa e o cotidiano tão carregado de detalhes e nuances, o trabalho exaustivo de recordar, influenciado pela subjetividade do narrador, acaba por captar e relacionar o que vem ao encontro de suas opiniões e experiências.

⁶ Ver a crítica ao dualismo, inclusive na Ciência, conforme observado por Capra (1982) em ‘Ponto de Mutação’.

Sendo assim, é muito natural que a memória feminina seja impregnada de um *ethos* diferente da masculina. Imaginemos a História da Humanidade contada em contraponto dos gêneros – o que, aliás, já está proposto – e teremos uma visão mais completa do que somos ou do que fomos – o que se pode entrever nesse caso em especial.

O mais interessante dessas memórias, no entanto, é vislumbrar, por meio das narrativas, uma quase totalidade histórica em transformação: o autoritarismo perverso herdado da estrutura escravocrata se transformando em um paternalismo revestido pela ideologia “da bondade” do patrão que desperta formas de lealdade e gratidão por parte dos camponeses. Assim, quando a suposta racionalidade do capitalismo emerge na figura do administrador, ela é refutada, já que nela desaparecerão as emoções – positivas ou negativas – que estavam na base das relações tradicionais: o proprietário Frederico era “bom”, e o Francisco Leocádio era “ruim”. Mas, e o administrador? Era apenas o intruso. Não cabia nas relações afetivas que ali se desenvolviam para o bem ou para o mal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BUENO, F. da S. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed., São Paulo: Editora Lisa, 1989.

CAPRA, F. **Ponto de mutação**, São Paulo: Cultrix, 1982.

CARMO, S. I. S. **Discurso, sociedade e história**. Araraquara, 1997a. Mimeografado.

CARMO, S. I. S. **Sujeito do discurso e sujeito social**: uma abordagem interdisciplinar. Araraquara, 1997b. Mimeografado.

CARMO, S. I. S. **Discurso, dimensão da história**: a análise do discurso numa perspectiva interdisciplinar. Araraquara, 1999. Mimeografado.

FORMAN, S. **Camponeses**: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GAGNEBIN, J. M. Os impedimentos da memória. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 201-217, jul.,2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/172148>. Acesso em: 26 jul.de 2021.

GARCIA JR., A. R. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. **Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 7, p. 5-41. 1988.

MOREIRA E. R. F. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Universitária/UFPB, v.1, 1997.

MOREIRA E. R. F.; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997.

NOVAES, R. R. A questão agrária e o papel da igreja na Paraíba. In: PAIVA, V. (Org.) **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985. capítulo 11, p. 209-247.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL. Ficha de levantamento do conflito de Camucim. João Pessoa, Fundo Comissão Pastoral da Terra (CPT)/Arquivo Eclesiástico da Paraíba, 1992. Mimeografado.

OLIVEIRA, J. B. **Pitimbu e seu passado**. Rio de Janeiro: Alves Pereira, 1998.

PALMEIRA, M. **Casa e trabalho**: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. Paris, 1976. Mimeografado. Apresentado como comunicação no Simpósio “Le rapport au travail dans les sociétés américaines”, Congresso dos Americanistas.

PORTELLI, A. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. **Revista Trilhas da História**, v.7, n. 13, p.182-195, jul.-dez., 2017. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/5306>. Acesso em: 26 jul. de 2021.

PORTELLI, A. Un lavoro di relazione: osservazione sulla storia orale. **Ricerche Storiche Salesiane**, n. 1, p. 11-24, gen.-giu., 2000.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 2. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. capítulo 8, p. 103-130.

PORTELLI, A. La doppia verità della storia orale. **I Giorni Cantati**, Roma, anno III, n. 13, p. 18-20, 1990.

PORTELLI, A. “La verità del cuore umano”: sui fini attuali della storia orale. **Qualestoria**, Trieste, anno XV, n. 3, p. 5-12, dic., 1987.

PORTELLI, A. **Biografia di una città: storia e racconto**, Terni 1830-1985. Torino: Einaudi, 1985.

SCOTT, J. C. **I contadini tra sopravvivenza e rivolta**. Napoli: Liguori, 1981.

VELÔSO, T. M.G. **A representação social do trabalho alugado ou “Com a enxada nas costas e o coração preso”**. 1990. 193f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1990.

WHITAKER, D. C. A. **Araraquara: histórias não reveladas**. Presidente Venceslau: Ed. Letras à margem, 2004.

WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C. Memória feminina: trabalho, amor e escola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, ano II, n. 2, p. 13-28, 1995.